

MAUS VIZINHOS?
AS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E ARGENTINA NA VIGÊNCIA
DA “POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA”
RODRIGO MEDINA ZAGNI*

O papel que ocupava a Argentina nas relações interamericanas, no período que abrange as duas guerras mundiais, é caracterizado pela vigência de uma clara política de ascensão que aspirava ocupar o lugar, até então mantido pelo Brasil, de liderança político-econômica no subsistema sul-americano. Mas ao contrário da diplomacia brasileira, que negociava essa condição com Washington enquanto o governo dos EUA limitava-se ainda a uma circunférica área de influência na América Central e Caribe, a Argentina manifestou intensa oposição ao que as classes dirigentes nominavam como imperialismo, mais incisivamente que outros países no mesmo período. De fato, as aspirações argentinas de ocupar a condição de potência tanto econômica quanto militar na América do Sul, trajetória que passaria inevitavelmente pela competição com o Brasil, tiveram como proponentes setores de ultradireita, muitos dos quadros do alto-oficialato das Forças Armadas, que esteve desde o séc. XIX sob fortíssima influência germânica.

Esta tendência ou força política já era perceptível pelo menos desde a década de 1920, quando um “nacionalismo de direita” tomou forma na articulação entre intelectuais, membros das classes dominantes, de fortíssima conotação positivista e, em alguns casos, assumidamente eugenista, setores das Forças Armadas e da Igreja, dando origem a grupos ativos¹ e que vocalizavam suas aspirações por uma grande Argentina como potência no subcontinente, por meio de publicações², discursos e atuações da classe política dirigente. A conjuntura do imediato pós-Primeira Guerra Mundial era

* Historiador graduado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; doutor em Práticas Políticas e Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP; coordenador do módulo de pesquisa “Conflitos armados, massacres e genocídios na era contemporânea” do DIVERSITAS – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, da USP; docente dos cursos de Ciências Sociais e Direito da Univ. Cruzeiro do Sul.

¹ Por exemplo, os grupos: *Acción Nacionalista Argentina-Afirmación de una Nueva Argentina*, *Afirmación Argentina*, *Amigos de Crisol*, *Frente de Fuerzas Fascistas-Unión Nacional Fascista*, *Guardia Argentina*, *Legión Cívica Argentina*, *Legión de Mayo*, *Renovación*, *Restauración* e *Unión Nacional de Estudiantes Secundarios-Alianza de la Juventud Nacionalista*.

² No contexto do fim da década de 1920, estes setores fizeram uso do jornal *La Nueva República*, da revista *Criterio*, pertencente à igreja, e da *Liga Republicana*. Destacam-se ainda, no período subsequente: *Bandera Argentina*, *Cabildo*, *Crisol*, *El Pampero*, *La Voz del Plata*, *Nueva Política*, *Nuevo Orden* e *Sol y Luna*.

favorável a essas aspirações, dado o surto desenvolvimentista que repercutiu em todas as esferas da sociedade argentina, primordialmente no trabalho incrementado pela industrialização, fenômeno compreendido como significativo da vitória da vida urbana e civilizada sobre a barbárie do campo, signo por sua vez do atraso. Ainda nos anos 1920, houve grande ênfase também à atividade de exploração das minas de ouro, o que manteve ainda um denso contingente populacional nas regiões mineradoras, impondo sua importância econômica em um conflito eminentemente civilizatório. Desde o final do séc. XIX, a imigração europeia foi compreendida como elemento primordialmente modernizador nesse ambiente de conflito social, lido pela corrente ultradireitista, mais radicalmente, como um conflito rracico. O quadro virara no pós-crise de 1929, quando o total de um milhão de imigrantes entraram no país, anunciando um grave período de instabilidades para uma trajetória desenvolvimentista que até ali movia as “elites” intelectuais a pensar o papel não só da Argentina no subcontinente ou no Hemisfério Ocidental; mas no mundo. Nesse contexto, o fluxo imigratório europeu que convergiu para a Argentina foi entendido, por essas elites, como fatores primordiais para a modernização de suas estruturas sociais, como indício positivo do progresso neste contexto de “luta de raças”.

Conforme demonstrou o historiador brasileiro José Luis Bendicho Beired (2011:1), teria existido uma “uma proposta imperialista no seio da direita nacionalista argentina”, pouco trabalhada, por motivos ideológicos, pela historiografia; à exceção dos estudos de Cristián Buchrucker (1987:12), historiador argentino, para quem este imperialismo, associado sob vários aspectos ao fascismo europeu, não contava com uma “teoria do espaço vital”; bem como para David Rock (1993:120), para quem haveria uma tendência expansionista nesse pensamento ultradireitista.

A ideologia nacional difundida por intelectuais como os historiadores Carlos Ibarguren Uriburu, Ernesto Palácio e Julio Izarusta, bem como seu irmão, o escritor Rodolfo Irazusta, junto do padre Julio Meinvielle, do poeta e teólogo Leonardo Castellani, do também escritor Leopoldo Lugones e de Marcelo Sánchez Sorondo, bispo e professor de História da Filosofia, atacava veementemente o que designava como artificialismo das correntes liberais e rompia com a tradição de direita até ali existente no espectro político argentino, numa defesa mais radical do antiliberalismo, do ultranacionalismo, dos valores católicos e do antissemitismo, com ênfase no papel do Estado e das instituições, contrapondo-se às correntes políticas igualitaristas, do iluminismo ao bolchevismo.

Beired afirma que, para essa ultradireita, a solução dos problemas argentinos dependeria da construção de uma "nova ordem". Ainda que pudessem ser identificados distintos matizes constitutivos dessa corrente, entre os polos ideológicos do fascismo e do catolicismo - dependendo do diagnóstico dos problemas argentinos, diferentes defesas sobre como se constituiria essa ordem -, invariavelmente as diferentes tendências concordavam com um programa nacionalista comum:

a constituição de um Estado corporativista e autoritário; o nacionalismo econômico, a industrialização e o intervencionismo estatal na economia; a reespiritualização da sociedade e do Estado por meio do catolicismo; e a adoção de uma postura imperialista na América do Sul. (BEIRED, 2011:1)

A identidade nacional que reivindicava a direita nacionalista remontava às tradições coloniais, ao passado glorioso das guerras que sangraram a independência argentina, a força do catolicismo colonial que amalgamou os valores da família e de suas instituições com base na ordem e na autoridade. O heroísmo do passado estaria à mercê das forças responsáveis por sua decadência: o igualitarismo tanto democrático quanto comunista, o liberalismo, a imigração de tipos sociais e rácicos apontados como inferiores e, relacionados ao sistema financeiro internacional, os judeus. Tomava o liberalismo como artificialista, bem como sua forma partidária de organização. Como corrente, negando o princípio da representatividade política, negou também assumir a forma partidária, organizando-se em grupos que fizeram uso de publicações como instrumento de militância contra os inimigos do que viria a ser uma grande Argentina.

Mais especificamente, a opressão que recairia sobre o país seria proveniente, no âmbito externo, da dependência econômica que mantinha em relação à Grã-Bretanha e, internamente ao subcontinente, da liderança brasileira, por conta de sua mais influente diplomacia e de sua superioridade econômica e militar frente aos demais países sul-americanos.

Como corrente, a adesão de parte significativa das Forças Armadas às causas do ultranacionalismo garantiu ao movimento sua chegada ao poder na forma do golpe militar de setembro de 1930, que empossou o general José Félix Benito Uriburu y Uriburu, criador, em 1931, da “Legião Cívica Argentina”, grupo de inspiração fascista e

que arregimentava novos quadros da sociedade argentina às causas da direita nacionalista, agora no poder.

A década infame

A década de 1930 na Argentina, contemporânea à ascensão de Hitler na Alemanha, foi um período de profunda crise não tão somente político-institucional; mas de grave caráter econômico; trata-se da “década infame”, marcada por sucessivos golpes militares e por eleições fraudulentas, o que agravou o quadro de instabilidade interna tanto na esfera política quanto econômica, acabando por inviabilizar a própria plataforma nacionalista; enquanto no Brasil, imediato oponente na busca por uma hegemonia no subcontinente, a instabilidade ensejada na forma da insurreição comunista de 1935 e da intentona integralista de 1938 foram respondidas com o estabelecimento da ditadura estado-novista que atravessou toda a guerra, dando ao seu regime de governo uma condição relativamente estável.

A década infame de 1930, marcada pela instabilidade decorrente de golpes internos, durou, na Argentina, até pelo menos 1943; atravessando um período portanto de 13 anos de sucessões presidenciais que determinaram uma total paralisia dos setores político e econômico.

Exatamente nesse período se formou um grupo, dentro das forças armadas nacionais, de oposição à elite militar que conduzia o caos político daquela década. Tratava-se do GOU³, do qual fazia parte o tenente-coronel Juan Domingo Perón. O grupo originalmente formado por 19 oficiais se opunha ao comunismo e aos políticos tradicionais, preconizando o estabelecimento de uma nova doutrina política e militar que a partir da defesa do patriotismo, em pouco tempo, foi conquistando outros tantos jovens oficiais.

Acerca das relações entre EUA e Argentina, neste início de década, estavam ainda sob influência de todo o conjunto de tensões que caracterizou a conferência de Havana, em 1928, na qual as delegações de ambos os governos travaram os mais arrefecidos embates em torno da questão da não intervenção, o que chegou a resultar na conclusão de diversos analistas que ali chegava ao fim o pan-americanismo.

Sobre a conferência, escreveu o diplomata mexicano Luis Quintanilla (Apud RAYMONT, 2007:60)

³ O “Grupo de Oficiais Unidos”, “Grupo de Obra e Unificação” ou “Grupo Organizador e Unificador”, nem mesmo os manuais de História entram num consenso quanto ao seu significado.

... el sentimiento antiestadunidense llegó a su clímax al celebrarse la sexta conferencia pan-americana de La Habana en 1928. Sobre qué bases firmes podía celebrarse esa conferencia, cuando el gobierno de Washington seguía aplicando su política sistemática de interferência oficial e intervención militar en los países más débiles al sur del río Bravo?

Em 1933, empossado há apenas um mês para o seu primeiro mandato, Franklin Roosevelt determinou ao Departamento de Estado que convidasse representantes dos governos de Argentina, Brasil, Chile e México, além de Canadá e China, para discutirem sobre o problema da dívida internacional que envolvia esses países, antes da conferência que tratou do tema, em Londres. O encontro também resultou providencial nos esforços do que se conformaria como a “política da boa vizinhança”, dado que apenas uma semana depois anunciaria, num de seus mais importantes discursos, o novo projeto de “Pan-Americanismo” que, a partir dali, os EUA passariam a advogar.

Os esforços da diplomacia estadunidense resultariam positivos na “Sétima Conferência pan-americana” de Montevideú, em fins de 1933 e na qual, pela primeira vez, não se verificou a existência de um bloco organizado em oposição às pretensões estadunidenses; mesmo porque, estas, foram expressas em tons muito diferentes do que já havia sido feito nas conferências passadas. Primordialmente, os EUA abnegavam de qualquer ambição de conquista ou de intervenção armada em todo o Hemisfério Ocidental.

Como estratégia política, tentava-se a aproximação dos EUA com as mais importantes repúblicas latino-americanas, primordialmente após a conferência de Montevideú, em novembro de 1933, foi implementada, na esfera econômica e com a participação fundamental de Cordell Hull, nomeado Secretário de Estado e a quem coube, a cargo da “política da boa vizinhança”, negociar acordos bilaterais de comércio com Argentina, Brasil, Cuba e Colômbia, método bastante eficaz para estreitar os laços entre o governo de Washington e o das repúblicas latino-americanas mais influentes do hemisfério.

Neste período de graves convulsões sociais e de expressa instabilidade política e econômica, aos 30 de novembro de 1936 pisava em solo argentino, pela primeira vez na história, um presidente dos EUA: Franklin Roosevelt, que desfilou, a propósito de sua

reeleição, pelas ruas de Buenos Aires, acompanhado do presidente Agustín P. Justo, recebidos por mais de um milhão de argentinos.

De alguma forma, a visita preconizaria mudanças na política interamericana, haja visto o governo argentino ter se declarado, ao longo de mais de um século, rival dos interesses de Washington no subcontinente e de sua manifesta intenção de liderar todo o Hemisfério Ocidental. Para Henry Raymond (2007:39) “*las relaciones continentales estaban cambiando de signo*”. Isso porque, propagandeando a “política da boa vizinhança”, as promessas de Roosevelt para a América Latina iam desde a não intervenção em suas repúblicas, rompendo com décadas de ações beligerantes de caráter intervencionista, até a reserva de um lugar de destaque para a América Latina na política externa estadunidense que passaria a deter, especificamente, uma política caracteristicamente interamericana.

O problema resultava de um notável artificialismo dessas políticas, frente ao perigo de guerra mundial, já percebido por vários estadistas: a menos de um século, os EUA arrancavam do México, na guerra mexicano-americana, todo o seu norte original o que, aliado a um profícuo histórico de intervenções, determinou uma percepção difícil de ser superada acerca do papel dos EUA no Hemisfério Ocidental.

Para Alongo Aguilar (Apud RAYMONT, 2007:58)

La política de buen vecino, por su propia índole, contenía contradicciones insolubles. Mientras por un lado mostraba respecto, inexistente anteriormente, por los países latino-americanos, por outro se manifestó como un esfuerzo para subordinarlos aún más a las necesidades económicas de los Estados Unidos.

Em 1936, por sugestão do próprio Roosevelt e não por acaso, Buenos Aires sediou a conferência pan-americana que foi palco da proposta da delegação estadunidense, como expressão da mudança brusca de relações entre EUA e América Latina, da criação de um sistema interamericano de consulta coletiva, consolidado na forma do “Tratado Interamericano de Paz e Segurança”, lavrado em 1947, na oportunidade da conferência do Rio de Janeiro, depois do fracasso da delegação estadunidense em fazê-lo aprovar na conferência de 1943.

As eleições de setembro de 1937, das quais se sagrou eleito Roberto María Ortiz, que assumiu o cargo em fevereiro de 1938, caracterizam bem o espírito desta década: marcadas por convulsões sociais graves, além de fraudes e mortes.

Ultracionalismo e guerra mundial

O quadro do ultracionalismo argentino, dentro e fora das Forças Armadas, foi imediatamente agravado com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Na Argentina, a guerra foi compreendida pelas classes dirigentes como um momento de reordenação do sistema internacional para o qual a vitória do Eixo representaria uma nova oportunidade em suas aspirações então imperialistas para o subcontinente. As vitórias alemãs nos primeiros anos da guerra deram novo fôlego para a corrente ultracionalista, tendo como resposta, por conta da pressão exercida pelo governo dos EUA, esforços de investigação no sentido de dismantelar as atividades pró-fascistas na Argentina. A organização da “*Acción Argentina*”, reunindo personalidades democráticas sem filiação partidária, mais o afundamento do navio argentino “*Uruguay*” por um submarino alemão, ajudaram a embolar a tese de que haveria uma filiação integral de quadros argentinos à política nazista.

O cenário europeu, imediatamente posterior ao irromper do conflito, é o de escassez de produtos básicos, que repercutiu também no Hemisfério Ocidental na forma da ausência de produtos europeus; o fenômeno foi responsável por uma série de acordos celebrados entre Argentina e EUA para o fornecimento desses produtos. A crise no setor produtivo também provocou a reorganização do parque industrial argentino com vistas ao atendimento do mercado interno.

Já em abril de 1940, o governo de Ortíz propôs declarar o estado de não beligerância em relação ao Eixo, substituindo o estado de neutralidade absoluta que vigorara até então, recebendo do “Departamento de Estado” do governo Roosevelt veemente desacordo. Das chispas diplomáticas, resultou a delegação militar estadunidense que, em junho de 1940, chegou a Buenos Aires com o propósito de dissuadir o presidente de sua decisão, chamando o governo argentino a participar dos planos de segurança continental. A geoestratégia estadunidense elaborada pelo Pentágono, que requerera do Brasil a instalação de bases em Natal e em Fernando de Noronha, pedia ao governo argentino o aval para instalar bases nas Ilhas Malvinas. Ao contrário da resposta dada por Vargas, Ortíz negou-se a ceder o território.

Em julho, o presidente, já tendo renunciado ao cargo por conta de grave enfermidade, morreu, deixando como seu sucessor Ramón Castillo. Para além da

forçosa sucessão presidencial, o período era o de profundas transformações, tanto no plano externo quanto interno.

Para autores como Júlio Irazusta (1940:2), a Segunda Guerra Mundial representava a oportunidade de a Argentina livrar-se tanto do imperialismo britânico quanto das ameaças do judaísmo e do comunismo internacional, alardeados fantasmagoricamente pelo discurso ultradireitista como determinantes para sua condição de crise. Liberta de uma condição neocolonial, o momento seria providencial para ultimar as aspirações argentinas de consolidar-se como potência, ultrapassando o Brasil na disputa pela hegemonia no sistema sul-americano. Para isso, seria imprescindível o avanço da industrialização para findar com a histórica dependência econômica, seguida do incremento do setor bélico, segundo os interesses estratégicos das Forças Armadas. As duas dimensões estariam articuladas, uma vez que o desenvolvimento do arsenal militar argentino seria possível apenas pela via da industrialização. A aliança entre setores industriais e as Forças Armadas revela que aquele nacionalismo tinha um corte profundamente militar, uma vez que os valores exaltados como definidores do caráter argentino, fundamentalmente hispânicos, seriam já caros aos milicianos, como a ordem, a hierarquia, a tradição e o heroísmo. Sendo assim, a “última aristocracia” - os militares -, deveriam estar a cargo do desenvolvimento não só industrial, mas este com vias a dar à Argentina o lugar pensado como devido nas novas relações internacionais, num primeiro momento, interamericanas, como plataforma para projetar-se, a partir da posição conquistada, frente ao mundo.

Os interesses nacionalistas argentinos viam também com clareza as aspirações estadunidenses para expandir sua área de influência para além da América Central e Caribe, projetando sua liderança em termos hemisféricos no mesmo período em que viam como possível consolidar-se, a Argentina, como um poder hegemônico na América do Sul. Sendo assim, as novas políticas de Washington foram compreendidas como um grave impedimento para a concretização do projeto de expansão de sua influência. Daí resultou uma crescente tensão em suas relações com os EUA, inicialmente focadas no esforço de Washington em se aproximar por meio da “política da boa vizinhança”, uma vez que a Argentina poderia, concretamente, projetar-se como base de apoio do Eixo na América Latina.

Beired esclarece que havia também uma expressa

. . . preocupação com a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra. Contra o que afirmavam ser uma política expansionista e hegemônica do Brasil, reclamavam iniciativas governamentais que colocassem a Argentina em uma clara posição de superioridade com relação ao seu maior vizinho. A vitória do Eixo, almejada desde o início da guerra, tornou-se ainda mais imperativa com o apoio do governo de Getúlio Vargas aos Aliados, uma vez que a vitória destes resolveria de vez a disputa geopolítica na América do Sul em favor do Brasil. (...) Considerava-se que o primeiro objetivo da política exterior argentina deveria ser o acréscimo de influência do país no subcontinente, com vistas a transformá-la na principal potência da região. A partir dessa posição ambicionava-se inclusive que a Argentina pudesse estender sua influência para outras regiões além da América Latina. (BEIRED, 2001:12)

A postura de nacionalistas, na crítica enfática à Washington e a sua aproximação com o governo brasileiro, aguçou a política de Berlim que por meio de sua embaixada em Buenos Aires passou a fomentar, em uma série de círculos nacionalistas, o apoio à causa nazista. A aproximação não deve ser confundida, contudo, com as críticas feitas às aspirações hegemônicas dos EUA ou ao imperialismo inglês, trata-se de um subproduto dessa conjuntura. Além do que essas tensões foram muito bem exploradas por Washington, no sentido de relacionar forçosamente expressões mais de anglofobia (um traço já firmemente característico do nacionalismo argentino) e, para esse novo momento, de resistência à liderança estadunidense, com demonstrações de simpatia expressa pelo nazismo.

A questão também passava pela vigência de acordos comerciais com Alemanha e Itália, que por conta do bloqueio marítimo inglês aos países do Eixo resultou em graves prejuízos para a economia argentina. Tendo sua pauta de exportação restringida aos EUA e Inglaterra, fundamentalmente, a crescente dependência inglesa da carne argentina desdobrou-se também numa série de relações que gravitaram das pressões à celebração de acordos que acabaram resultando em benefícios mais ingleses do que

argentinos, agravando a percepção de que a dependência econômica em relação ao capital britânico configurava o mais grave impedimento ao desenvolvimento do país.

A reticência argentina

Muito se tem especulado a respeito da simpatia de quadros governamentais e das Forças Armadas argentinas ao nazismo, primordialmente no que tange a participação de sua delegação na “Conferência do Rio de Janeiro”, em 1942, onde se manteve neutra ainda que houvesse intensa pressão estadunidense, na pessoa de Sumner Welles (delegado dos EUA), para que os países do continente rompessem coletivamente com o Eixo frente ao ataque japonês à base de Pearl Harbour, em nome da solidariedade continental. A postura do delegado argentino Enrique Ruiz Guiñazú, seguindo as determinações de Ramón Castillo (vice-presidente em exercício), de manter a postura de neutralidade, foi entendida pelos nacionalistas como uma retumbante derrota das políticas de Washington, ao passo da ideologia expressa de que a política externa de Buenos Aires era a que melhor representaria a realidade latino-americana frente a guerra mundial, enquanto Brasil e México - os outros dois principais atores no esforço de cooptação estadunidense -, estariam preterindo as necessidades latino-americanas frente às políticas imperialistas estadunidenses, mascaradas na forma da “boa vizinhança”. Esta retórica baixava mais pesadamente contra o governo brasileiro. O esforço hercúleo de Ruiz Guiñazú resultou na aprovação, somente no último dia da conferência, de uma resolução que apenas recomendava aos países signatários, a exceção portanto de Argentina e Chile, seu rompimento com os países do Eixo. A derrota da diplomacia de Washington teria custado ainda a renúncia de Sumner Welles, uma das peças-chave da política da “boa vizinhança” do governo Roosevelt, enquanto Argentina e Chile seguiam neutros.

Ainda assim, o acordo não perdia seu caráter consensual, primordialmente pela articulação de Oswaldo Aranha, que expressava claramente as preocupações do governo brasileiro com as possibilidades de a Argentina se isolar, por conta das pressões de Washington, no sistema sul-americano, tornando-se hostil contra países fronteiriços, o que poderia resultar em ações beligerantes principalmente no sul do Brasil.

Esta neutralidade se deu em desacordo pleno com as aspirações de Washington, o que ficou nítido em 1943, com a celebração dos acordos de segurança mútua que desenharam os princípios de solidariedade hemisférica, o que foi entendido como expressão do apogeu da “política da boa vizinhança”; mas que não contou com as assinaturas dos representantes de Chile e Argentina.

A tônica da delegação estadunidense deixava claro que a Argentina era uma espécie de dilema, uma vez que a “política da boa vizinhança” dependia de seu comprometimento com a não intervenção em repúblicas latino-americanas; o que, por sua vez, impediria Washington de agir pela via da força (ou do *hard power*) em razão das manifestações de apreço de setores políticos argentinos em relação ao Eixo.

O diplomata Sérgio Corrêa da Costa (2005:43), que acompanhou de perto as negociações em curso no Rio de Janeiro, esclarece que

Àquela altura, nenhum de nós poderia imaginar o que se ocultava nas entrelinhas da apologia da neutralidade em que se esmerava o chanceler. Só bem mais adiante surgiria a verdade nua e crua: Ruiz Guiñazú e seu governo já haviam decidido apostar tudo na vitória alemã. Um emissário ultra-secreto, Juan Carlos Goyeneche, fora escolhido para representar o governo argentino em entrevistas de alto nível em Berlim, notadamente com o ministro von Ribbentrop e com o sinistro patrão da Gestapo, Heinrich Himmler.

Em troca da neutralidade “solidária”, que poderia bascular no devido momento, em apoio aberto ao nazismo, o Reich deveria assegurar à Argentina a condição de potência hegemônica na América do Sul...

A exemplo de México e Brasil, houve ainda outros ataques de submarinos alemães a embarcações argentinas, como no caso do “Victoria” e do “Río Tercero”; mas a política de Buenos Aires seguiu com sua neutralidade, mesmo quando se descobriu uma ativa rede alemã de espionagem, em La Plata, dando conta de informar o governo de Berlim, detalhadamente, sobre o transporte de alimentos para a Inglaterra.

O desacordo estadunidense era relativamente distensionado pela tolerância inglesa, que prescindia da manutenção dos acordos comerciais com a Argentina para o fornecimento de comida, sem a qual a Inglaterra mergulharia em mais grave ainda situação de crise. O problema portanto não se daria em relação aos aliados em linhas gerais; mas em relação às aspirações hegemônicas estadunidenses.

Logo, o pan-americanismo advogado pela diplomacia estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial seria também alvo de pesadas críticas e de oposição ferrenha

dos setores nacionalistas argentinos, na defesa da neutralidade frente ao conflito mundial, o que possibilitaria ainda manter-se próximo a Berlim em caso de uma vitória do Eixo.

O GOU retoma o poder

Os militares enfim voltaram ao poder em junho de 1943, quando o GOU depôs o governo de Ramón Castillo, empossando Arturo Rawson Corvalán e em seguida Pedro Pablo Ramírez, oficial que de 1911 a 1913 esteve incorporado ao Exército Alemão. Seu governo radicalizou a postura de neutralidade na guerra, mantendo, com isso, os acordos vigentes tanto com a Grã-Bretanha quanto com a Alemanha, tendo em vista primordialmente a modernização de seu parque industrial e de seu arsenal bélico, bem como garantindo os benefícios decorrentes de uma eventual vitória do Eixo.

O golpe de 1943 não foi dirigido pela ultradireita nacionalista, mas estes passaram a associá-lo às reivindicações de restabelecimento do projeto nacionalista-militar urubista. Chegou a haver tensões entre os oficiais do GOU e os setores nacionalistas que ocuparam posições governamentais, por conta do perigo que representavam as associações de sua plataforma política e bases ideológicas com regimes fascistas europeus e, mais gravemente, as associações com a política nazista. O fato é que o novo regime militar tornou possível resistir às pressões de Washington, bem como dar mais nítidos contornos ao projeto de liderança argentina em um bloco regional; tornando, por outro lado, os ultranacionalistas descontentes pela aproximação do governo com as bases do movimento operário e sindicatos. Para Washington, o governo do GOU representava maiores possibilidades de uma ruptura argentina com o Eixo, em razão da crescente oposição pró-aliada no governo argentino.

Já o governo brasileiro viu com bastante preocupação o estabelecimento do novo regime, chegando a suspender temporariamente as relações diplomáticas com o governo argentino, logo após o golpe de Estado de junho de 1943. Segundo o diplomata Sérgio Corrêa da Costa (2005:42), o novo governo manifestava, ainda mais que o governo civil deposto, tendências germanófilas, mantendo encontros com agentes e militantes nazistas.

Já no final da “década infame” os oficiais do GOU mantinham intrínsecas relações com militares de países fascistas e, em 1943, com a Segunda Guerra Mundial em pleno curso, o golpe dado na Argentina coincidiu com o esforço do Eixo em cooptar ideologicamente repúblicas latinoamericanas, não só a partir das colônias de imigrantes germânicos existentes nesses países, onde agentes infiltrados da Gestapo começaram a

operar pelo menos desde 1935, mas por conta de uma já estabelecida tradição de formação militar germânica para oficiais argentinos.

O grupo de Perón acusava os militares que conduziam a Argentina de serem “aliadófilos”, enquanto o GOU declarava-se pró-fascista. A origem desse posicionamento ideológico por parte de grupos de dentro do exército remonta ao início do século XX, com o fechamento das escolas militares na Argentina por conta de problemas de desobediência e insubordinação organizadas, que representavam perigo constante à estrutura de poder estabelecida com claras possibilidades de golpe. Os aspirantes a oficiais passaram a ser enviados, desde então, aos EUA, França e Alemanha para cursarem suas respectivas academias militares, o que por si só conformava, quando de seu regresso, grupos divergentes entre os oficiais já formados, não só pelas diferenças teóricas em sua formação, mas por clivagens ideológicas igualmente díspares. A situação agravou-se em 1916 com a reformulação total dos comandos militares, período em que jovens oficiais sem nenhuma formação receberam promoções imediatas para postos de comando e passaram, a partir de então, a ascender naturalmente na carreira.

Acentuou-se uma cisão ainda mais brutal no oficialato argentino, originando grupos de oficiais rivais dentro do próprio Exército: aqueles que não haviam passado por cursos de formação, incumbidos dos quartéis; e os oficiais com formação estrangeira, que comandavam tropas operacionais, inclusive na inteligência do Exército.

De certa forma o golpe de 1943, perpetrado por um grupo de oficiais que subjuguou outro grupo de militares no poder, conformou uma ação prática que acabou denunciando, em última instância, o ponto máximo de tensão alcançado pelas clivagens ideológicas existentes dentro das Forças Armadas argentinas.

Com o estabelecimento do governo revolucionário pelo GOU, Perón, após um período como Secretário do Trabalho e Previdência Social, foi nomeado vice-presidente da República e Ministro da Guerra, além de continuar acumulando a pasta da Secretaria do Trabalho. No caso argentino, com um governo militarizado num mundo em guerra, tratava-se de uma posição privilegiadamente controladora para o jovem oficial.

Exerceu enorme influência sobre a política externa argentina e mais incisivamente nas relações que envolviam a diplomacia de Washington, tratando-se de um período de agravamento significativo das tensões que já vinham se agigantando. As tensões entre EUA e Argentina se verificam portanto graves no período de governo de Pedro Pablo Ramírez, por conta da defesa que faziam os oficiais do GOU de que a

Argentina deveria ocupar o seu lugar por direito na balança de poder latino-americana, o que se chocaria frontalmente com a política de expansão da área de influência estadunidense. A oposição aberta do governo argentino em relação às políticas de Washington contra o Eixo, envolvendo todo o continente nas suas medidas contra Alemanha, Itália e Japão, também acirraram essas tensões. Teria ainda havido informes, provenientes dos setores de inteligência estadunidenses, de que o governo argentino estaria negociando armas com o *Reich*, bem como a descoberta, por parte dos serviços de inteligência dos EUA e Inglaterra, de um cônsul envolvido no trabalho de espionagem em favor do Eixo.

Mais golpes e o acirramento das relações argentinas com Washington

As posturas do efêmero governo de Ramírez logo resultariam em respostas internas aos próprios quadros do governo militar e mais um golpe de Estado mudaria o curso político do país, empossando o Ministro de Guerra, General Edelmiro Julián Farrell.

As pressões de Washington resultaram no empastelamento de jornais declaradamente pró-Eixo em circulação na Argentina; mas por quão tímida fosse a cooperação ensejada por Buenos Aires, o quadro de instabilidade política manifesto na forma dos constantes golpes militares, mais as manifestações pró-nacional-socialistas em vários quadros da sociedade argentina, fizeram com que o governo Roosevelt implementasse medidas mais hostis, como o congelamento das reservas de ouro argentinas nos EUA e a retirada de seu embaixador de Buenos Aires. Por pressão, a medida foi seguida pelas demais repúblicas latino-americanas, resultando no isolamento diplomático que amargaria a Argentina a partir dali. No âmbito econômico, ainda que os contratos comerciais de fornecimento de carne continuassem vigentes, na forma do embarque do alimento, seu pagamento ficaria por longo período congelado, até que as rusgas diplomáticas fossem dirimidas.

A ata de Chapultepec

Tanto a declaração, em janeiro de 1944, de ruptura de relações com Alemanha, Itália e Japão; quanto a declaração, em março de 1945, de guerra aos seus países, são produtos do desgaste do governo na luta política interna com a oposição, bem como do desenvolvimento da guerra no plano externo, com a inflexão marcada pela campanha no Leste europeu e com o desembarque aliado na costa normanda da França. A luta interna e os rumos da luta externa não foram favoráveis à plataforma nacionalista argentina, que

contudo veria novas possibilidades com a candidatura presidencial de Perón, em 1946, com a guerra já posta à termo, bem como o governo de Berlim.

Na tentativa brusca de reorientar a política externa argentina, o governo firmou a “Ata de Chapultepec”, com vistas a integrar as Nações Unidas, haja visto que toda e qualquer tentativa de restabelecer o papel do país no subcontinente passaria pela nova e expressiva influência do governo brasileiro, subordinada a uma expressiva presença estadunidense, garantidas, ambas, por sua presença nas novas organizações internacionais que ganhariam forma em Savannah e em Bretton Woods.

Se as tensões entre EUA e Argentina teriam marcado a vigência da política da “boa vizinhança” de Roosevelt, a brusca guinada à direita assistida após sua morte, aos 12 de abril de 1945, fariam com que a presença da “linha dura” da política externa estadunidense fosse muito mais agressiva. Particularmente, esteve a cargo de empreendê-la o embaixador Spruille Braden, responsável por uma nova série de intervenções estadunidenses nos assuntos nacionais, como a declaração de um estado de sítio, fechamento de instituições e uma série de detenções.

Para as políticas de Washington, notadamente a Argentina não seria um bom vizinho!

Referências bibliográficas

BEIRED, José Luis Bendicho; "A grande Argentina: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina"; *Revista Brasileira de História*, vol. 21, no. 42, São Paulo, 2001.

BUCHRUCKER, Cristián. *Nacionalismo y Peronismo: La Argentina en la Crisis Ideológica Mundial (1927 - 1955)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *Crônica de uma guerra secreta: Nazismo na América – A conexão argentina*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

IRAZUSTA, Julio; " Las condiciones Internacionales del Nuevo Orden". *Nuevo Orden*, 22/8/1940.

RAYMONT, Henry. *Vecinos em conflito: La historia de las relaciones entre Estados Unidos y Latinoamérica desde Franklin Delano Roosevelt hasta nuestros días*. México: Siglo veintiuno, 2007.

ROCK, David. *La Argentina Autoritaria: Los Nacionalistas, su Historia y su Influencia en la Vida Pública*. Buenos Aires: Ariel, 1993.